



**INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ALYSSON CHRISTIANO PRIMOR

**GESTÃO DE CONFLITOS ESCOLARES NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE: DOCUMENTOS, PRÁTICAS E PERCEPÇÕES**

Blumenau
Janeiro de 2022

ALYSSON CHRISTIANO PRIMOR

**GESTÃO DE CONFLITOS ESCOLARES NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE: DOCUMENTOS, PRÁTICAS E PERCEPÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, *Campus* Blumenau, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Marcos Salgado Alves

Blumenau
Janeiro de 2022

P953c

Primor, Alysson Christiano.

Gestão de conflitos escolares no âmbito do Instituto Federal Catarinense : documentos, práticas e percepções / Alysson Christiano Primor; orientador Leandro Marcos Salgado Alves. – Blumenau, 2022.

43 p.

Artigo (Mestrado) – Instituto Federal Catarinense campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Blumenau, 2022.

Inclui referências.

1. Administração de conflitos. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Estudantes - conduta. 4. Pacifismo. I. Alves, Leandro Marcos Salgado. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 371.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1727/2022 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.000264/2022-16

Blumenau-SC, 02 de fevereiro de 2022.

ALYSSON CHRISTIANO PRIMOR

**A GESTÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE:
DOCUMENTOS, PRÁTICAS E PERCEPÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de janeiro de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Marcos Salgado Alves

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Fábio Carvalho Nunes

Instituto Federal Baiano

Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho

Universidade Estadual de Ponta Grossa

(Assinado digitalmente em 02/02/2022 17:38)
LEANDRO MARCOS SALGADO ALVES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGET/ARAQ (11.01.02.08)
Matricula: 2333652

Para verificar a autenticidade deste documento entre <http://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:1727, ano:2022, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS** , data de emissã**02/02/2022** e o código de verificação:
32b60d0ca9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1729/2022 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.000265/2022-61

Blumenau-SC, 02 de fevereiro de 2022.

ALYSSON CHRISTIANO PRIMOR

**CULTURA DE PAZ: O QUE SÃO E COMO LIDAR COM CONFLITOS NO AMBIENTE
ESCOLAR**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre /Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de janeiro de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Marcos Salgado Alves

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Fábio Carvalho Nunes

Instituto Federal Baiano

Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho

Universidade Estadual de Ponta Grossa

(Assinado digitalmente em 02/02/2022 17:38)

LEANDRO MARCOS SALGADO ALVES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CGET/ARAQ (11.01.02.08)

Matrícula: 2333652

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsf> informando seu número:1729, ano:2022, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS** , data de emissã**02/02/2022** e o código de verificação:
d663fb09e4

Dedico este trabalho a todas aquelas pessoas que auxiliaram, direta ou indiretamente, na realização desta pesquisa, especialmente aos professores que se empenharam em ministrá-lo num período histórico bastante adverso, tendo de adaptar métodos e técnicas de ensino para que o curso pudesse ser ministrado remotamente devido à pandemia causada pelo coronavírus.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à Vera Cristina Buss, que me ajudou com as tarefas domésticas rotineiras para que eu tivesse mais tempo livre para dedicar-me à pesquisa (tempo este que, na maioria das vezes, foi extremamente mal utilizado); à Helena Flávia de Mello Pistune, que me auxiliou revisando trechos do texto e dando apoio moral durante a trajetória deste curso; aos servidores e estudantes do Instituto Federal Catarinense pela gentileza em responder aos questionários que elaborei para realizar a coleta de dados; às tecnologias de informação e comunicação, que me permitiram poupar tempo e dinheiro ao fornecer os meios para que eu acessasse materiais e contactasse pessoas sem ter de recorrer a meios físicos ou presenciais para tal; ao professor Leandro Marcos Salgado Alves, meu orientador, que esteve acessível em todos os momentos, inclusive feriados e fins de semana, auxiliando-me no processo de pesquisa, tarefa, para mim, bastante complexa; ao grande Monstro do Espaguete Voador, que, com seu molho sagrado e sua infinita sabedoria, trouxe os grandes condimentos ao nosso mundo, tornando nossa vida mais saborosa e deliciosa e, por último, à existência e desenvolvimento do método científico de construção do conhecimento pois, sem ele, trabalhos como este sequer existiriam. Meu muito obrigado!

“Não é suficiente falar sobre a paz. É preciso acreditar nela. E não basta acreditar nela. É preciso trabalhar para alcançá-la.”
(Eleanor Anna Roosevelt – 11 nov. 1951)

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de pesquisa realizada durante o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Blumenau. Trata-se de um estudo de caso realizado no IFC, *campus* Araquari, com participação de alunos, professores e membros da equipe educacional deste *campus*, além de membros da reitoria do IFC e da equipe de apoio educacional do *campus* São Francisco do Sul. De caráter qualitativo, a pesquisa visa conhecer os documentos e práticas de gestão de conflitos escolares utilizadas no Instituto Federal Catarinense, bem como a percepção sobre estes documentos e práticas por parte de estudantes, professores e membros da equipe de apoio educacional desta instituição, a fim de se elaborar material educativo que ofereça aos estudantes da educação profissional e tecnológica informações conceituais e práticas que permitam a estes conhecerem conceitos que os instrumentalizem a lidar com conflitos no ambiente escolar, contribuindo para o êxito em seus estudos. Foram utilizados como base principal para análise dois documentos orientadores, disponíveis no sítio eletrônico do Conselho Superior (Consuper) do IFC: o Regulamento da Conduta Discente do Instituto Federal Catarinense (RCD) e a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (PID). Por meio de questionários digitais respondidos pelos participantes, concluiu-se que há coerência entre o que pregam os documentos e as práticas de prevenção e acompanhamento de casos de conflito e indisciplina no âmbito da instituição e que, no geral, os participantes estão contentes com os processos de gestão e resolução de conflitos da instituição, o que contribui para se promova a cultura de paz em seus espaços.

Palavras-Chave: Cultura de paz. Educação profissional e tecnológica. Regulamento da conduta discente. Gestão de conflitos. Instituto Federal Catarinense.

ABSTRACT

This article presents the results of research carried out during the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education at Instituto Federal Catarinense (IFC), Blumenau campus. This is a case study carried out at IFC, Araquari campus, with the participation of students, teachers, and members of the educational team of this campus, in addition to members of the IFC Rectory and the educational support team of the São Francisco do Sul campus. Of qualitative nature, the research aims to find out the documents and practices of School Conflict Management used at the Instituto Federal Catarinense, as well as the perception of these documents and practices by students, teachers and members of the educational support team of the referred institution, in order to elaborate an educational material that offers students from the professional and technological education some conceptual and practical information that allows them to understand concepts that will enable them to deal with conflicts at the school environment, therefore contributing to the for achieving success at their studies. Two guiding documents available on the website of the Superior Council (CONSUPER) of the IFC were used as the main basis for analysis: the Student Conduct Regulation of the Instituto Federal Catarinense (RCD) and the Inclusion and Diversity Policy of the Instituto Federal Catarinense (PID). Through digital questionnaires answered by the participants, it was concluded that there is consistency between what the documents preach and the practices of prevention and monitoring of cases of conflict and indiscipline within investigated institution and that, in general, the participants are satisfied with the processes of conflict management and resolution carried out by the institution, which contributes to promoting a culture of peace on its spaces.

Keywords: Culture of peace. Professional and technological education. Regulation of student conduct. Conflict management. Catarinense Federal Institute.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Professores entrevistados e cursos em que atuam.....	41
Tabela 2 - Estudantes entrevistados e cursos em que atuam	41
Tabela 3 - Ações e projetos de promoção da cultura de paz no IFC.....	42
Tabela 4 - Percepção dos estudantes sobre o acolhimento da equipe do IFC como um todo.....	44
Tabela 5 - Percepção dos estudantes sobre acessibilidade e acolhimentos por parte de professores e outros funcionários do IFC.....	44
Tabela 6 - Projetos e ações realizados para prevenir conflitos escolares e contribuir para promoção de uma cultura de paz.....	46
Tabela 7 - Percepção dos estudantes sobre o conteúdo do RCD: adequado como está ou deve ser alterado.....	48
Tabela 8 - Ciência da existência do Regulamento da Conduta Discente por parte dos professores.....	49
Tabela 9 - Projetos e ações que os professores julgam contribuir para a prevenção de conflitos e promoção da cultura de paz.....	50
Tabela 10 - Respostas dos professores se os seus alunos os procuram para buscar orientação sobre como lidar com conflitos diversos.....	51
Tabela 11 - Avaliação do produto educacional.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECOM – Coordenação-Geral de Comunicação

CGPPE - Coordenadoria Geral de Políticas e Programas Estudantis

CONSUPER – Conselho Superior do Instituto Federal Catarinense

COVID-19 – *Coronavirus disease*

EP – Educação para a paz

IFC – Instituto Federal Catarinense

PID – Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense

NuPe – Núcleo Pedagógico

ProfFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RCD – Regulamento da Conduta Discente do Instituto Federal Catarinense

SISAE - Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. INTRODUÇÃO	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	27
3. METODOLOGIA.....	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	59

APRESENTAÇÃO

O autor deste trabalho é formado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e possui especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Rachel de Queiroz (FAQ). Em sua trajetória profissional, atuou como professor das disciplinas de Sociologia e Filosofia (Ensino Médio) e de Artes (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental). Atualmente, trabalha como docente efetivo na Educação Infantil, no Município de Araquari – SC.

A pesquisa aqui apresentada constitui material avaliativo parcial para a obtenção do título de mestre no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede Nacional, da Instituição Associada Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Blumenau – SC; Integra a linha de pesquisa “Práticas educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, dentro do macroprojeto “Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na educação profissional e tecnológica”; Tem por objetivo conhecer os documentos e práticas de Gestão de Conflitos Escolares utilizadas no Instituto Federal Catarinense, bem como a percepção sobre estes documentos e práticas por parte de estudantes, professores e membros da equipe de apoio educacional desta instituição, para que, de posse de tais dados, seja possível a elaboração de um material educativo que ofereça aos estudantes da educação profissional e tecnológica, de todos os níveis e modalidades de ensino do IFC, informações conceituais e práticas que permitam a estes conhecerem conceitos ligados à cultura de paz, orientando-os sobre como agir diante de conflitos vivenciados nos espaços do IFC, contribuindo assim para a prevenção de conflitos escolares, possibilitando que estes tenham êxito em seus estudos. O *locus* da pesquisa foram os *campi* do IFC de São Francisco do Sul e Araquari e da Reitoria IFC, com sede em Blumenau, SC.

O trabalho teve como motivação fatos da vivência do pesquisador durante sua trajetória como estudante, na qual percebera que situações de conflito entre professores e estudantes; estudantes e funcionários das escolas ou entre estudantes e outros estudantes contribuem negativamente para o êxito escolar dos discentes, levando-os a apresentar sentimentos de desinteresse em frequentar as instituições de ensino ou mesmo o desejo de solicitar transferência para outras instituições, no intuito de se distanciar da pessoa ou situação que os havia colocado em situação de conflito.

Casos como os descritos poderiam, na visão deste pesquisador, serem resolvidos facilmente se houvesse, nas escolas, sistemas eficientes de prevenção e resolução de conflitos escolares. Tal hipótese despertou o interesse em verificar se um sistema coerente com essa afirmativa existiria ou não nas unidades do Instituto Federal Catarinense.

Dessa forma, tendo escolhido como lócus principal de pesquisa a unidade do IFC de Araquari, por questões de facilidade de acesso e deslocamento, em breve reunião realizada com os membros do Núcleo Pedagógico (NuPe) da Instituição, o autor desta pesquisa veio a ter ciência de que havia práticas lá realizadas voltadas a prevenir e a solucionar conflitos envolvendo seus estudantes. Como exemplos de tais práticas, foram citadas técnicas relacionadas à justiça restaurativa, como a metodologia dos círculos de construção de paz, a mediação e a conciliação de conflitos.

Conhecer como funcionam, quais as bases teóricas e suas relações com o ambiente escolar e suas aplicações no espaço do Instituto Federal Catarinense, a fim de compartilhar os resultados obtidos com instituições de ensino que pudessem fazer uso de tal informação por meio de um produto educacional em formato de cartilha, serviu como objetivo do primeiro projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante o corrente curso de mestrado. Diz-se primeira versão pois, devido a complicadores que serão discutidos posteriormente, uma segunda versão foi escrita.

Na versão inicial, pretendia-se realizar um estudo de caso sobre como os conceitos da justiça restaurativa eram aplicados no IFC, mais especificamente no *campus* Araquari. Isso envolvia acompanhar, de forma presencial, a realização de dinâmicas como os círculos de construção de paz que haviam sido citados pela equipe do NuPe ou outras ações que tivessem relação com o tema da gestão de conflitos escolares existentes na instituição, analisando qual a contribuição dessas ações para a melhoria das taxas de permanência e êxito dos estudantes, comparando dados anteriores e posteriores à existência destas.

No entanto, durante o período em que se pretendia iniciar os trabalhos de observação, análise e registro no IFC Araquari, ocorreu um evento pandêmico causado por uma doença que ficou conhecida como COVID-19 (*Coronavirus disease*), alterando a maneira como as atividades de ensino foram desenvolvidas nesse momento. De acordo com Baumann e Alves (2021), a partir de fevereiro de 2020, houve registro do primeiro caso de COVID-19 no Brasil e, no início de março deste

mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus. Com intuito de impedir a propagação sem controle desse vírus, grande parte do mundo adotou medidas de isolamento social e, no contexto da educação brasileira, a partir de março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas, exigindo que uma nova forma de ministrá-las fosse encontrada. Assim, meios alternativos de ensino foram adotados e as aulas em formato presencial foram substituídas pelo formato à distância, auxiliada por recursos digitais. O ensino presencial deu lugar ao ensino remoto.

Uma vez que as aulas presenciais haviam sido suspensas, impossibilitando a realização da pesquisa conforme planejado na primeira versão do projeto, uma reestruturação fez-se necessária. Dessa maneira, metodologias, objetivos, público-alvo e lócus da pesquisa sofreram alterações. O presente trabalho traz os resultados destas alterações.

O leitor encontrará os resultados de investigação embasados por documentos orientadores, disponibilizados publicamente em sítios eletrônicos do Conselho Superior do IFC (CONSUPER, 2022), em especial o Regulamento da Conduta Discente do Instituto Federal Catarinense (RCD) (INSTITUTO, 2017) e a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (PID) (INSTITUTO, 2019b). Tomou-se conhecimento de tais documentos por meio de indicações feitas por membros do corpo docente e da equipe do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) do IFC, *campus* Araquari. O primeiro deles apresenta bases e procedimentos importantes para se entender os processos de mediação e resolução de conflitos no âmbito do IFC, enquanto o segundo aponta questões que orientam práticas ligadas à prevenção de conflitos escolares nesta instituição, por se definirem como objetivos da mesma a oferta de educação profissional comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, o desenvolvimento regional, na qual sejam criados mecanismos que promovam aspectos como inclusão, diversidade e direitos humanos em seus espaços.

Partindo-se da leitura dos documentos citados, procedeu-se uma interpretação dos mesmos guiada por trabalhos e documentos que discutem as bases conceituais da educação profissional praticada nos Institutos Federais, como as Diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense (INSTITUTO, 2019a) e a obra *Concepção do Ensino Médio Integrado* (RAMOS, 2008). Além destes, foram utilizadas obras que se relacionam ao tema da

indisciplina escolar, cultura de paz e gestão de conflitos escolares, como os trabalhos de Chrispino (2007), Garcia (1999), Sebaje, Hammes & Hammes (2019) e Jares (2002). Manteve-se a proposta, existente na primeira versão do projeto de pesquisa, de elaborar um produto educacional no formato de cartilha digital, orientada pelos resultados obtidos por meio desta investigação.

O presente artigo está dividido em 05 unidades: na Introdução, faz-se uma breve apresentação dos Institutos Federais, dando especial atenção aos *campi* de Araquari e de São Francisco do Sul, instituições estas que contribuíram fornecendo dados indispensáveis para a realização deste trabalho. O item Referencial Teórico apresenta os documentos investigados, estabelecendo conexões entre seus conteúdos e estudos ligados à temática dos conflitos, oriundos das relações entre humanos e seus pares, com enfoque especial àqueles típicos dos espaços escolares. Na Metodologia, classifica-se a pesquisa com base na obra de Gil (2008) e apresenta-se uma descrição do processo percorrido para a coleta de dados. Em Resultados e Discussões, apresentam-se alguns resultados obtidos por meio de questionários disponibilizados a estudantes, professores e/ou membros das equipes de apoio educacional do IFC, *campi* Araquari, São Francisco do Sul e Reitoria, estabelecendo-se relações entre estes resultados e as obras e documentos que constituem o referencial teórico desta investigação. Tais resultados foram importantes na escolha dos temas a serem inseridos no produto educacional, cuja avaliação por parte de membros da equipe de apoio educacional do IFC aparece também nesta unidade. Em Conclusões e Considerações Finais, expõe-se um parecer sobre os resultados obtidos por meio das investigações, discutindo-se objetivos que foram e não foram atingidos e os motivos para tal, além de sugestões para a repetição do processo de coleta de dados em momento posterior.

1. INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais são instituições responsáveis por ofertar educação básica, superior e profissional. São pluricurriculares, *multicampi* e especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, alinhando conhecimentos técnicos e tecnológicos, conjugados com suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008). No ano de 2019, havia, distribuídos pelo Brasil, um total de 38 Institutos Federais. No Estado de Santa Catarina existem, atualmente, dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), com 22 *campi*, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), com 15 unidades espalhadas pelo estado.

Para que se possa ter uma visão ampliada dos espaços em que a pesquisa aqui apresentada foi realizada, serão apresentadas algumas informações sobre os lugares em que ela ocorreu. Uma breve descrição de qual foi a contribuição de cada um dos espaços investigados para este trabalho será também fornecida, sendo que maiores detalhes serão abordados no item Metodologia.

Na cidade de Araquari, principal local em que a coleta de dados foi realizada, há uma unidade do IFC. De acordo com o histórico disponível na página da instituição (INSTITUTO, s.d), esta é uma das pioneiras no ensino agrícola em Santa Catarina, tendo sido fundada por um acordo entre o estado de Santa Catarina e o Governo Federal, em 18 de março de 1954, batizada, inicialmente, como Escola de Iniciação Agrícola de Araquari. Sua construção foi finalizada em 1959, quando iniciou suas atividades com uma turma de 20 alunos. Nesse período, teve sua denominação alterada para Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Em 1968, passou a ser vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, integrando, então, o sistema federal de ensino, passando a fornecer formação para técnicos agrícolas e estudantes ingressantes no Segundo Grau. Em 1975, o curso ofertado pela instituição teve a nomenclatura alterada para Técnico em Agropecuária, similar ao ofertado atualmente. Em 2008, por meio da Lei 11.892, que criou os Institutos Federais, teve origem o Instituto Federal Catarinense (IFC), composto pela integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e os colégios agrícolas de Araquari e Camboriú. Com isso, o antigo colégio se tornou o Instituto Federal Catarinense, *campus* Araquari, integrando, a partir desse momento, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Figura 1 - IFC Araquari, visão aérea.



Fonte: Página do IFC Araquari.

O número de cursos ofertados pelo IFC Araquari aumentou significativamente desde que se tornou Instituto Federal. Atualmente,

[...] são oferecidos os cursos técnicos integrados ao ensino médio, em Agropecuária, Informática e Química. Na modalidade subsequente ao ensino médio, é ofertado o curso técnico em Agrimensura. Também estão disponíveis os cursos superiores em Agronomia, Ciências Agrícolas, Medicina Veterinária, Química, Sistemas de Informação e Tecnologia em Redes de Computadores. Além de especializações em Aquicultura e Educação Matemática, e ainda um mestrado em Produção e Sanidade Animal e outro em Tecnologia e Ambiente (INSTITUTO, [s.d]).

Dos grupos que contribuíram participando desta pesquisa, teve-se na comunidade do *campus* Araquari o maior número de participantes. Desta unidade do IFC, contou-se com a participação de membros da equipe de apoio educacional e de representantes dos corpos docente e discente da instituição.

Levando-se em conta a proximidade do pesquisador com membros da equipe de apoio educacional (SISAE) da unidade do IFC de São Francisco do Sul, optou-se em expandir a coleta de dados também a essa instituição, com a intenção de se verificar como cada uma destas instituições percebem e colocam em prática o que pregam os documentos orientadores voltados à prevenção e a gestão de conflitos de suas respectivas unidades.

Figura 2 – IFC São Francisco do Sul, visão aérea.



Fonte: Página do IFC unidade São Francisco do Sul.

Diferente do *campus* Araquari, cuja história remonta aos anos 50, a unidade de São Francisco do Sul é bem mais recente, tendo

[...] seu funcionamento autorizado através da Resolução Ad Referendum nº 006/2011, do Conselho Superior, em 28/02/2011. Iniciou como *campus* avançado, vinculado administrativamente ao *campus* Araquari, e ganhou autonomia em 23 de abril de 2013, com a Portaria 330/MEC. As atividades de ensino foram iniciadas em março de 2010, com o curso técnico em Informática para Internet, na modalidade subsequente, realizado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira, no bairro Reta. (INSTITUTO, 2014).

As aulas no prédio próprio da instituição só tiveram início após sua construção, concluída no ano de 2014. Este

[...] campus oferece os cursos técnicos em Administração, em Guia de Turismo e em Automação Industrial, na modalidade integrada ao ensino médio; os cursos técnicos em Automação Industrial e em Administração, na modalidade subsequente ao ensino médio; e o curso superior de Tecnologia em Logística. Além disso, há o PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com formação em Auxiliar Administrativo (INSTITUTO, 2014).

Do *campus* São Francisco do Sul, não foram obtidas respostas de representantes do corpo docente e discente, daí a impossibilidade de poder conhecer de forma mais ampla os processos de gestão de conflitos escolares do referido *campus*.

O mesmo questionário respondido pelos membros do SISAE dos IFC de

Araquari e São Francisco do Sul foi respondido por um dos membros da Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis (CGPPE), localizada na Reitoria do IFC. Isso possibilitou que se conhecesse um pouco sobre qual é a visão da equipe ligada diretamente à elaboração e revisão dos documentos orientadores aqui investigados a respeito do seu conteúdo e a forma como ele é colocado em prática nas diversas unidades do IFC espalhadas pelo estado de Santa Catarina.

No Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal Catarinense, no tocante à concepção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tem-se que os Institutos Federais

[...] ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades de toda ordem. Nesse sentido, devem ser considerados bens públicos e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação, respondendo à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública (INSTITUTO, 2009, p. 18).

Esse trecho é importante quando se pensa no propósito da existência dessas instituições, principalmente ao se considerar que estas são pensadas em função da transformação da sociedade, contribuindo para a construção de uma nação soberana e democrática, combatendo as desigualdades de toda ordem.

Ainda no Projeto Político-Pedagógico do IFC, encontramos outros termos e expressões que ampliam o conhecimento sobre a função social desta instituição. Considerando seus valores, missão e princípios, temos: missão - ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural (Ibidem, p. 41); visão institucional - ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada (Ibidem, p. 41) e

Princípios e valores - o Instituto Federal Catarinense tem como princípios e valores:

- a) o compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- b) a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- c) o compromisso com uma administração sistêmica e descentralizada em suas ações, preservando e respeitando a singularidade de cada campus;
- d) a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão, em consonância com a comunidade e as políticas públicas;
- e) a eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do

conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
f) a garantia do acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais (Ibidem, p. 41).

Ainda, em relação às suas concepções pedagógicas, tem-se que a prática educativa realizada em seus espaços deve: romper com a dicotomia entre teoria e prática, apresentar flexibilidade curricular e mobilidade, além de promover a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão. Um dos itens importantes citados no Projeto Político Pedagógico do IFC é o que trata de sua responsabilidade em promover programas de desenvolvimento social comprometidos com a transformação da sociedade em direção à justiça, à solidariedade e à cidadania. Nesse aspecto,

O Instituto Federal Catarinense busca a construção de um sistema educacional que efetive o compromisso de assegurar a todos os discentes matriculados o acesso, participação e aprendizagem, considerando as especificidades de cada um no processo de escolarização. Compreendido como ponto de partida para garantir o direito a uma educação de qualidade, o desenvolvimento inclusivo é pensado numa visão ampla, onde se insere a educação especial, com a finalidade de promover o acesso pleno ao currículo (Ibidem, p. 44).

Uma vez que as práticas de prevenção e acompanhamento adequados de conflitos escolares estão ligadas a aspectos relacionados com a permanência dos estudantes, contribuindo para que estes tenham êxito na conclusão de seus cursos, tem-se aqui uma boa base para justificar (e interpretar o conteúdo) de documentos como o RCD e o PID, que serão discutidos posteriormente.

O estudo realizado neste trabalho investiga documentos orientadores e processos de gestão de conflitos escolares válidos para a comunidade do IFC como um todo, englobando cursos em quaisquer níveis e/ou modalidades (médio, superior, presencial e EAD). Se observadas as características da Educação Profissional Técnica Integrada ao Nível Médio do Instituto Federal Catarinense, conforme elencadas no documento que apresenta as diretrizes para a educação neste nível e forma (ensino médio integrado), encontramos aspectos alinhados com aquilo que é exposto em seu Projeto Político-Pedagógico. De acordo com as diretrizes, a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio ofertada nesta instituição

É uma importante estratégia para o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da e pela sociedade.

Exige a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas.

Requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber científico e tecnológico, a valorização da cultura do trabalho como princípio educativo e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho.

Deve estar centrada no compromisso de oferta de uma educação integral, omnilateral e politécnica, o que requer a integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

Assume o trabalho como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da concepção filosófica da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

Estabelece a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular e articulando o ensino, a pesquisa e a extensão (INSTITUTO, 2019a, p. 1).

Essas características, que estão listadas no documento, são resultado de uma construção coletiva realizada pela Comissão Permanente de Implantação e Acompanhamento das Diretrizes dos Cursos Técnicos (CIPATEC) do IFC, e leva em consideração anseios da comunidade do IFC e trabalhos realizados na área da educação profissional e tecnológica. Alguns dos termos que caracterizam a educação técnica do ensino médio integrado são discutidos no trabalho de Ramos (2008). Segundo a autora, uma formação omnilateral integra as dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social, ou seja: o trabalho, a ciência e a cultura. Ela ainda apresenta uma definição para cada um desses termos, sendo:

O trabalho, compreendido como realização humana, inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade, que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, 2008, p. 4).

Tais aspectos compreendem um modelo de educação compatível com a tendência pedagógica progressista, divergindo de propostas que buscam formar estudantes que se adequem de forma não-crítica a modelos de controle e manutenção das desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista de produção, ou seja,

daquele modelo de educação ligado à tendências pedagógicas liberais. Silva (2018), apresenta algumas características de cada uma dessas tendências, sendo que, a pedagogia liberal sustenta que a escola tem por função preparar ou ajustar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais de acordo com as aptidões pessoais de cada um. A ideia é a de adaptar os estudantes a valores e normas já estabelecidas em uma sociedade de classes. Não há o desenvolvimento do pensamento crítico.

Por outro lado, nas tendências de caráter progressista, busca-se preparar o indivíduo para questionar o sistema de opressão vigente, posicionando-se contra toda forma de opressão ou autoritarismo. Liberdade, autonomia e democracia são aspectos intrínsecos a essa tendência pedagógica. Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico do IFC, e os documentos orientadores que discutem as práticas de prevenção e resolução de conflitos escolares da instituição, pode-se verificar que muitos dos itens lá existentes se relacionam com a tendência progressista de educação o que, em teoria, permite pressupor que a educação ofertada nestes institutos é de caráter progressista.

Ao se fazer uma busca na página da CAPES (PORTAL EDUCAPES, 2021), não foram encontrados produtos educacionais que abordassem o tema da gestão de conflitos na educação profissional. Encontram-se, naturalmente, materiais que abordam a gestão de conflitos em espaços escolares numa visão mais ampla. Com isso considerado, julgou-se interessante que um material mais específico fosse elaborado, como, por exemplo, um material educacional que atendesse à realidade da comunidade do IFC, trazendo em seu conteúdo aspectos próprios de sua legislação educacional e dicas que permitissem aos estudantes compreenderem o que são os conflitos escolares e como lidar com eles durante a sua passagem pelos cursos de todos os níveis e modalidades dessa instituição.

Essa ausência de material específico sobre a gestão de conflitos escolares na educação profissional e tecnológica no Instituto Federal Catarinense constitui uma das justificativas para a realização deste estudo. Além disso, em questionário respondido por membros do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) do IFC, *campi* Araquari e São Francisco do Sul, houve relatos de que são desenvolvidos, na instituição, trabalhos que visam apresentar aos estudantes o conteúdo do Regulamento da Conduta Discente (RCD) e que, para esses trabalhos, são produzidos materiais de apoio, tarefa que poderá ser auxiliada com o uso de um produto educacional que aborde este tema.

A existência de práticas educativas voltadas para a prevenção de conflitos, que contribuam para a permanência e inclusão dos estudantes do IFC, aparece em seus documentos orientadores. Na PID, por exemplo, vê-se preocupação com o assunto, o que está exposto em seus objetivos, a saber:

- I - promover, na instituição, a cultura da educação inclusiva, contemplando a diversidade e os direitos humanos, buscando a eliminação das barreiras e preconceitos, sejam estes quais forem;
- II - promover o respeito aos direitos humanos, a inclusão e a diversidade em todos os seus matizes por meio de ações de pesquisa, ensino e extensão;
- III - contribuir para que as instâncias de inclusão e diversidade trabalhem de forma integrada na busca de uma cultura de inclusão, de diversidade e acessibilidade no IFC;
- IV - incentivar e apoiar a comunidade acadêmica para que promova, nos diferentes âmbitos do IFC, a educação para as relações na diversidade;
- V - desenvolver ações, visando apoiar a permanência e êxito dos estudantes do IFC mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico;
- VI - incentivar e apoiar ações que promovam o combate aos preconceitos relacionados a: necessidades específicas e pessoas com deficiência, gênero e sexualidade, diversidade étnico-racial, cultural e religiosa ou de outras características individuais, coletivas e sociais;
- VII - promover a cultura da paz, visando à sustentabilidade social, a garantia dos direitos humanos, com respeito a interculturalidade, a promoção das relações pacíficas e a prevenção de conflitos (INSTITUTO, 2019b).

Vê-se nos objetivos da PID expressos acima, a existência de aspectos importantes para o desenvolvimento do estudante numa perspectiva integral, que considera valores culturais dos mesmos durante a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. O foco das políticas não está em se estabelecer mecanismos de controle social, definindo padrões de comportamento rígidos a serem seguidos e apreendidos pelos estudantes, mas sim em promover a existência de um espaço educativo que compreenda as particularidades sociais e culturais de cada estudante, contribuindo para a sua participação efetiva em uma comunidade democrática.

Conforme já abordado, um produto educacional foi produzido com base nos dados coletados durante a pesquisa descrita neste trabalho. Tal produto teve como formato o de uma cartilha digital, que apresenta e discute temas como: a cultura de paz, o conceito de conflito, formas de lidar com os conflitos vivenciados enquanto estudante do IFC, o Regulamento da Conduta Discente e a Política de Inclusão e Diversidade do IFC. Após apresentação e discussão desses temas, o que instrumentalizará os estudantes, permitindo-lhes reconhecer conflitos no espaço escolar e saber como agir quando tais conflitos sejam instaurados, os estudantes encontrarão dicas práticas sobre como utilizar a Comunicação Não Violenta, uma

técnica vista como eficiente para a prevenção de um número considerável de conflitos oriundos de processos de comunicação nas quais as mensagens emitidas e recebidas podem ser vistas como agressivas.

Finalizando esta unidade, apresentam-se os objetivos da pesquisa realizada em linhas gerais: conhecer os documentos e as práticas de gestão e prevenção de conflitos do IFC, verificando qual a percepção destas práticas por parte dos estudantes, dos professores e dos membros da equipe de apoio educacional desta instituição de ensino.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A documentação que fundamenta / orienta as práticas de gestão de conflitos e / ou o tratamento dado às questões ligadas à disciplina / conduta dos estudantes e servidores do IFC são o Regulamento da Conduta Discente (RCD) (INSTITUTO, 2017a) e a Política de Inclusão e Diversidade do IFC (INSTITUTO, 2019b), que preveem uma série de atitudes e ações que visam a promover práticas educativas inclusivas capazes de contribuir para a formação integral destes estudantes, tomando por integral o que Ramos (2008) aponta como sendo uma formação de sentido omnilateral, ou seja, uma formação que considera todas as dimensões da vida do indivíduo e que estrutura a sua prática social, englobando o trabalho, a ciência e a cultura. A cultura, nesse sentido, está diretamente relacionada a valores éticos e estéticos que orientam a conduta das pessoas em sociedade. Aqui, traça-se um paralelo com o objetivo presente na PID, quando se aponta a necessidade de se promover a cultura de paz e a garantia dos direitos humanos nos espaços da instituição. De acordo com Rayo (2004), há cinco características a serem consideradas em qualquer ação que vise a conscientização a favor da paz, ou mesmo da Educação para a Paz (EP):

1. A interdependência positiva de todos os elementos que compõem uma problemática e de todos os componentes da EP;
2. A responsabilidade individual e coletiva;
3. O desenvolvimento de habilidades sociais;
4. A análise da dinâmica de grupo: aprendizagem de papéis que devem ser assumidos para a busca de alternativas, assim como as funções que cada um deve assumir;
5. A interação que se realiza entre os indivíduos no plano da cooperação (RAYO, 2004, p. 123).

Uma série desses aspectos podem ser encontrados quando se faz uma análise do RCD. Questões como responsabilidade individual e coletiva ou mesmo o desenvolvimento de habilidades sociais aparecem em objetivos ou metodologias de resolução de conflitos a serem adotadas pela instituição. Vejam-se, por exemplo, os artigos 4º e 5º deste documento orientador:

Art. 4º Constitui objetivo do presente Regulamento de Conduta Discente assegurar as condições mais adequadas ao desenvolvimento humano, com o compromisso de formar cidadãos de direitos e responsabilidades, garantindo a plena participação e integração no processo acadêmico e de aprendizagem, sendo o(a) discente um vetor de construção do processo [...] (INSTITUTO, 2017a, p. 2)

Art. 5º Com base na finalidade educacional do IFC, a aplicação deste Regulamento adotará como diretrizes norteadoras a ética e a transparência, com vistas a promover:

- I. a igualdade e a justiça social;
- II. o respeito e a solidariedade nas relações humanas;
- III. o desenvolvimento humano, educacional e cultural pleno e integral do(a) discente;
- IV. o acesso à educação, constituído como direito de cidadania, o que pressupõe dever institucional e funcional de se prover as condições de desenvolvimento e permanência do(a) discente;
- V. a proteção das condições individuais e especiais de desenvolvimento do(a) discente;
- VI. a garantia do direito de ser tratado(a) com dignidade e com respeito à individualidade, livre de qualquer discriminação;
- VII. a superação do preconceito racial, social, de gênero, de credo ou orientação sexual. (Ibidem, p.2).

Percebe-se, nestes dois artigos do RCD, uma preocupação em se promover o desenvolvimento de valores de caráter ético nos estudantes, capazes de contribuir para sua participação ativa e consciente no tecido social, como, por exemplo: o respeito e a solidariedade nas relações humanas; o desenvolvimento humano integral destes estudantes; o respeito à diversidade, entre outros. O art. 11 do documento também apresenta incisos ligados a aspectos e questões de caráter ético, como:

Art. 11. Constituem direitos dos(as) discentes:

- I. ter sua integridade física, psicológica, intelectual, moral, étnica, de crença, de gênero e de arbítrio respeitada em qualquer ambiente físico ou virtual que esteja vinculado ao IFC [...]
- V. expressar-se e manifestar opinião, observando os dispositivos constitucionais. (Ibidem, p. 4)

No texto, verifica-se o cuidado em se desenvolver nos estudantes habilidades sociais e responsabilidade individual e coletiva, conforme anteriormente exposto, quando citou-se a obra de Rayo (2004). Vê-se que há espaço para que o estudante expresse sua opinião, dentro de certos limites, ou seja, observando-se os dispositivos constitucionais. Ao mesmo tempo, a responsabilidade coletiva aparece como requisito para a manutenção dos direitos dos discentes: para que todos tenham o direito de ter as integridades física e psicológica respeitadas, nenhum deles deverá agir desrespeitando essas regras. O direito de um existe ao mesmo tempo em que se apresenta o dever do outro em respeitá-lo na mesma medida.

Conteúdo de natureza semelhante é encontrado na Política de Inclusão e Diversidade (PID) do IFC (INSTITUTO, 2019b), conforme apresentado anteriormente (p. 25).

Há, no recorte destacado, questões como: respeito aos direitos humanos, à diversidade, educação para as relações na diversidade, dentre outros. Destaca-se aqui, o inciso VII, já comentado anteriormente, que considera como importante a promoção da cultura de paz. O tema da cultura de paz está diretamente relacionado com uma série de questões atreladas ao tema da resolução de conflitos e, devido a isso, foi um dos temas abordados no produto educacional produzido com base nesta pesquisa.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos, agindo sobre suas causas.

Portanto, cultura de paz significa:

RESPEITAR A VIDA

Respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa sem discriminar ou prejudicar.

REJEITAR A VIOLÊNCIA

Praticar a não violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, social, psicológica, econômica, particularmente diante das pessoas mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes.

SER GENEROSO (A)

Compartilhar tempo e recursos materiais, cultivando a generosidade, para acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica.

OUVIR PARA COMPREENDER

Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e ao rechaço ao próximo.

PRESERVAR O PLANETA

Promover o consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE

Contribuir para o desenvolvimento da comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, para criar novas formas de solidariedade (SEMSA, [s.d]).

Uma vez que a Cultura de Paz considera uma série de aspectos que contribuem para a prevenção e a solução de conflitos, proceder-se-á a uma maior investigação de como o conflito se manifesta no espaço escolar, estabelecendo-se relações com os pressupostos da Cultura de Paz e o conteúdo dos documentos orientadores do IFC utilizados neste trabalho. O tema da gestão de conflitos escolares é associado à ideia do tratamento e prevenção da indisciplina escolar. Garcia (1999) afirma que o conceito

de indisciplina escolar tem uma complexidade que não deve deixar de ser considerada, pois o tema integra aspectos de natureza diversa. Portanto, faz-se necessário que se supere a questão arcaica de que a indisciplina está ligada explicitamente a questões de natureza comportamental, quando um estudante desrespeita uma regra escolar implícita ou explícita pela escola que frequenta. Em seu trabalho, ele apresenta três planos de expressão da indisciplina no espaço escolar, sendo que esta pode ser situada:

[...] no contexto das condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora da sala de aula. Em complemento, deve-se considerar a indisciplina sob a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola, na relação com seus pares e com os profissionais da educação, no contexto do espaço escolar - com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc. Finalmente, é preciso pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Sob esta perspectiva, define-se indisciplina como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que, supostamente, refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo, e aquilo que demonstram os estudantes (GARCIA, 1999, p. 2).

Tais planos de expressão da indisciplina estão ligados diretamente ao comportamento dos estudantes com base em um determinado referencial, a um conjunto de normas que geralmente é elaborado pela instituição de ensino sem a presença de representantes do corpo discente.

A ausência de bases democráticas no modo como se articulam as relações entre professores e estudantes no interior da escola, por exemplo, pode desencadear resistência e contestação por parte dos estudantes aos próprios esquemas da escola, o que deve ser considerado uma expressão de indisciplina carrega uma legitimidade e pertinência difíceis de negar (GARCIA, 1999, p. 102).

Daí a importância de que a escola considere as condições concretas de desenvolvimento de seus discentes e as suas necessidades, levando em conta que sua história de vida tem influência sobre sua forma de pensar e agir, ofertando condições adequadas de ensino e aprendizagem. A escola não deverá, dessa maneira, exercer uma postura autoritária, com o poder de decisão centrado em um grupo pré-definido para tal. Há a necessidade que se use uma base consensual para tomada de decisões, que reflitam a contribuição de toda a comunidade ligada à escola (GARCIA, 1999).

Pode-se encontrar no RCD aspectos que se mostram alinhados com o pensamento de Garcia (1999), quando este afirma que métodos tradicionais,

alinhados à pedagogia liberal, ou seja, aqueles que demonstram a “intenção comum de exercer controle comportamental sobre a conduta dos estudantes” (Ibidem, p. 103) são ineficazes com alunos que estão aprendendo a pensar criticamente e a contestar. Dessa forma, afirma que, “considerando a legislação federal vigente, deseja-se a formação de aluno crítico, capaz de refletir e intervir sobre a realidade social e exercer ativamente sua cidadania” (Ibidem, p. 3), e ainda:

[...] se desejamos que tais alunos avancem o senso de cidadania, será necessário prepará-los para pensar e resolver conflitos, ou teremos uma indisciplina no sentido de inabilidade para elaborar e participar das soluções para as questões sociais que perpassam a escola” (Ibidem, p. 3).

Isso tendo sido posto, fica evidenciado que preparar o estudante para pensar sobre conflitos e aprender a lidar com eles constitui aspecto importante do processo de ensino e aprendizagem de um espaço escolar que visa a formação de um estudante de forma integral, ou no sentido da omnilateralidade, como diz Ramos (2014).

Sendo a indisciplina vista como uma forma de conflito escolar, ocorrendo quando o estudante descumpre uma das normas existentes na instituição em que estuda, faz-se importante compreender também o que se entende por conflito no âmbito da escola, uma vez que, apesar de haver relações entre ambos os conceitos, há uma diferença de significado entre eles. Pode-se afirmar que, de certa forma, um ato de indisciplina é um ato de conflito, mas não necessariamente um conflito se traduz em um ato de indisciplina.

Chrispino (2007), traz algumas definições que auxiliam a compreender o significado de conflitos, como estes se classificam e como podem ser mediados no espaço escolar. De acordo com o autor:

Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos (Ibidem, p. 5).

Jares (2002) aponta que o conflito pode ser entendido de duas maneiras diferentes: sob a perspectiva tradicional ou com base na reformulação desta. Se

considerarmos a primeira, os conflitos são vistos como algo ruim, indesejáveis, nocivos e prejudiciais à manutenção da ordem. Vê-se o conflito como “sinônimo de desgraça, de má-sorte; conflito como algo patológico ou aberrante” (JARES, 2002, p. 132). No entanto, como

[...] consequência do legado filosófico-ideológico da não violência, da Teoria Crítica da Educação e da Pesquisa para a Paz (PP), produz-se uma passagem de concepção, reunida no modelo crítico-conflitual-não violento da Educação para a Paz (EP), e no qual assume-se o conflito como o que realmente é, um processo natural, necessário e potencialmente positivo para as pessoas e os grupos sociais (Ibidem, p. 134).

Esta última perspectiva, que reformula a visão tradicional do termo conflito, é o que se julga compatível com as bases conceituais expressas nos documentos orientadores do IFC. Jares reúne em seu trabalho alguns argumentos que justificam a importância dos conflitos para o desenvolvimento dos estudantes. Uma vez que o conflito é visto como inevitável nas relações humanas, ele pode ser visto como: um processo natural e necessário em toda sociedade humana, sendo o conflito; uma das forças que conduzem à mudança social; contribui para evitar o empobrecimento da criatividade ou mesmo um fenômeno necessário para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades globais.

Chrispino (2007) corrobora o que afirma Jares (2002), ao dizer que o conflito não é necessariamente algo ruim ou negativo. Ele é parte integrante da vida em sociedade e os conflitos de natureza interpessoal nada mais são que o resultado de opiniões divergentes entre duas ou mais pessoas. “Professores e alunos dão valores diferentes à mesma ação e reagem diferentemente ao mesmo ato: isso é conflito” (CHRISPINO, 2007, p. 8). Especialmente, porque as escolas da atualidade não contam com um perfil padrão de estudantes, ou seja, “com a massificação, trouxemos para o mesmo espaço alunos com diferentes vivências, com diferentes expectativas, com diferentes sonhos, com diferentes valores, com diferentes culturas e com diferentes hábitos” (Ibidem, p. 8). Essa compreensão da diversidade apresentada pelo corpo discente reforça a afirmação de Garcia (1999), quando este diz que a escola deve levar em conta as condições concretas de desenvolvimento dos estudantes.

Quando se pensa em conflito escolar, vem à mente a ideia de indisciplina, de desrespeito às regras da instituição por parte de seus estudantes. Ao se fazer uma ponte entre os conceitos de conflito e indisciplina, pode-se definir que ambos têm aspectos em comum, mas não representam o mesmo conceito. Enquanto a

indisciplina pode ser considerada como uma ação contrária a um padrão comportamental de referência, o conflito se manifesta não apenas quando há discordância entre o que cada pessoa toma como correto para si, mas também em situações que exigem a tomada de escolha. Ou seja, em síntese, pode-se dizer que um ato de indisciplina escolar constitui exemplo de conflito com as regras da instituição, enquanto um conflito não constitui, necessariamente, um ato de indisciplina.

Sabendo-se, então, que o conflito em si não é algo negativo, o que Chrispino (2007) propõe é que as escolas desenvolvam processos de mediação de conflitos, pois se

[...] a escola é o universo que reúne alunos diferentes, ela é o palco onde certamente o conflito se instalará. E, se o conflito é inevitável, devemos aprender o ofício da mediação de conflito para que esta técnica se aprimore facultando a cultura da mediação de conflito (Ibidem, p. 12).

A existência destes processos de mediação de conflitos, traz algumas vantagens, como: apresentar uma visão positiva do conflito, construir um sentimento mais forte de cooperação e fraternidade na escola, melhorar a qualidade das relações entre os atores escolares e o clima escolar, desenvolver o autoconhecimento e o pensamento crítico dos alunos, consolidar a boa convivência entre diferentes e divergentes, permitindo o surgimento e o exercício da tolerância, entre outros.

O RCD faz menção a processos de mediação de conflitos, indo ao encontro daquilo que Chrispino (2007) afirma trazer benefícios para que se construa um ambiente escolar no qual o conflito não é visto como um malefício, mas como uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de valores como empatia e autonomia daqueles envolvidos no processo. No documento, prevê-se a realização de procedimentos de mediação e de conciliação como formas alternativas de resolução de conflitos entre estudantes, evitando-se, assim, o encaminhamento dos casos para a comissão de análise de conduta discente da instituição, o que poderia acarretar na abertura de processos administrativos que podem conduzir à aplicação de medidas educativas a serem cumpridas pelos estudantes. Sobre mediação e conciliação, tem-se que:

Art. 40. A mediação é uma forma de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, o(a) mediador(a), facilita o diálogo entre as partes, para que elas construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o problema.

Art. 41. A conciliação é um método alternativo de solução de conflitos e

problemas, conduzida por um(a) conciliador(a), que pode adotar uma posição ativa, porém neutra e imparcial, com relação ao conflito. É um processo consensual, que busca uma efetiva harmonização social e a restauração, dentro dos limites possíveis, da relação social das partes.

Art. 42. A mediação e a conciliação são norteadas por princípios como celeridade; autonomia da vontade; confidencialidade; decisão informada; imparcialidade; empoderamento; disseminação da cultura e do diálogo; e pacificação social.

Quando conflitos denunciados à equipe do SISAIE não podem ser resolvidos de maneira alternativa, pelo diálogo amigável, mediação ou conciliação, procede-se à abertura de processos administrativos. Estes processos, uma vez julgados pela Comissão de Análise de Conduta da Instituição, podem resultar na aplicação de medidas educativas que, conforme o RCD

apresentam caráter educativo pedagógico. Visam à imposição de limites a fim de promover a conscientização, o exercício da cidadania e a qualificação para o ambiente profissional, embasados pelos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, e pela consideração da condição de pessoa em desenvolvimento, nos casos de menores de idade (INSTITUTO, 2017a, p. 13).

Em relação aos objetivos das medidas educativas, pode-se considerar que estes não apresentam caráter autoritário, pois trazem em seu texto termos como: impor limites, em lugar de outros, como proibir ou definir comportamentos; promover a conscientização e exercício da cidadania. As medidas apresentadas no documento, são, a saber:

- I. advertência escrita;
- II. realização de atividades pedagógicas específicas;
- III. reparação do dano causado ao patrimônio público ou particular;
- IV. retratação verbal ou escrita;
- V. suspensão da frequência às atividades curriculares obrigatórias e/ou optativas, acompanhada da realização de atividades pedagógicas específicas;
- VI. mudança de turno ou turma;
- VII. transferência compulsória, se discente do ensino médio;
- VIII. desligamento ou não-renovação da matrícula, se discente de ensino superior.

Parágrafo único. A transferência compulsória e o desligamento ou não-renovação da matrícula serão utilizados como recurso em casos de extrema gravidade, que se constitui como medida protetiva para o(a) próprio(a) discente que cometeu a infração e/ou para os(as) demais discentes (Ibidem, p. 13).

Durante este trabalho, não se fez uma análise do número de casos resolvidos por meio da mediação/conciliação ou outros meios alternativos de resolução de conflitos e ou de quantos eram encaminhados para a comissão de análise de conduta

discente, incorrendo na aplicação de medidas educativas. Os resultados obtidos por meio de questionários permitem, no entanto, inferir que são raros os conflitos que exigem a aplicação destas medidas.

Pelo que foi exposto até aqui, observa-se existir, ao menos nos documentos orientadores do IFC, uma série de aspectos que indicam a existência de práticas que contribuem para a existência de uma cultura de paz em seus espaços.

Ampliando-se o que foi dito sobre cultura de paz, tem-se o que Jares (2002) compartilha em seu trabalho. Segundo o autor, há duas formas de se conceituar a paz: uma delas sendo positiva e a outra negativa. A primeira vê a paz como sendo a ausência de conflito bélico entre os Estados. Num nível pessoal, a paz é vista como uma condição de tranquilidade, de harmonia, de ausência de conflitos entre pessoas que convivem entre si. A esta concepção, contrapõe-se a visão positiva de que a paz não é o contrário de guerra, mas sim, o contrário de violência. A guerra é um tipo de violência, mas não o único. Considera-se violência não apenas o que se exerce por meio da agressão física, mas também outros atos menos visíveis e difíceis de se reconhecer, mas que são capazes de produzir sofrimento humano, como a violência psicológica ou a negligência do Estado para com seus habitantes, ao negar-lhes ou dificultar-lhes o acesso a serviços públicos essenciais, por exemplo.

Há ainda, segundo Jares (2002), relações entre a paz, o desenvolvimento, os direitos humanos e a democracia, sendo

Paz e desenvolvimento:

A noção de desenvolvimento está imersa na de paz em acepções diversas: a paz como sinônimo de justiça social; a paz como superação das violências estruturais, começando pelas que têm a ver com as próprias necessidades básicas; a paz como plena realização das potencialidades humanas, etc (Ibidem, p. 127).

Paz e direitos humanos:

O conceito de direitos humanos refere-se, primeiramente, ao sentido de dignidade, da dignidade humana, que é, mais do que qualquer formulação jurídica ou política, uma condição ou qualidade moral, inerente a todo ser humano sem nenhum tipo de limitações, sejam econômicas, físicas, culturais, raciais, sexuais, etc. Dignidade humana que se situa entre suas qualidades essenciais: a liberdade e a plena igualdade de todos os seres humanos (ibidem, p. 128).

Paz e democracia:

O autor discorre que, para que haja paz efetiva, a vida democrática deve ser regenerada. Democracia esta que vai além do direito do voto, mas constitui um estilo de vida, mais uma ideia moral que forma de governo, um sistema no qual os indivíduos respeitam o ponto de vista uns dos outros, buscando criar um clima de entendimento e solidariedade, onde impera o diálogo e o debate, estimulando o pluralismo e cultivando aspectos como a pluralidade, a tolerância e a riqueza das diferenças individuais.

Resumindo essa correlação entre paz, direitos humanos, desenvolvimento e democracia, Jares afirma serem “conceitos interdependentes que se requerem mutuamente. O que, logicamente, deve ter sua aplicação concreta no plano pedagógico” (2002, p. 130).

O que foi exposto nesta unidade aponta a importância de existirem na instituição de ensino, projetos ou ações que promovam, nos estudantes, habilidades que os permitam a lidar com os conflitos, não apenas os escolares, mas aqueles que enfrentarão em suas vidas além deste espaço. Os documentos orientadores, conforme verificou-se, trazem em seu interior preocupação com a existência de práticas educativas coerentes com os princípios aqui discutidos. Alguns destes aspectos foram abordados na cartilha sobre a Cultura de Paz, resultante desta pesquisa, contribuindo para despertar a consciência nos estudantes de que conflitos não são algo ruim em essência, mas uma oportunidade para se praticar a democracia.

Quanto ao produto educacional desenvolvido com base nesta pesquisa realizada durante o curso de mestrado, é preciso esclarecer que este foi elaborado com base: nos documentos que orientam os processos de gestão e prevenção de conflitos no IFC (RCD e PID); em trabalhos científicos ligados a este tema e também nos resultados obtidos por meio dos questionários aplicados aos membros da equipe de apoio educacional, professores e estudantes do IFC.

Em relação aos conteúdos abordados na mesa, optou-se pelo uso de blocos de texto contendo informações conceituais abordadas de maneira dialógica, no intuito de conduzir o leitor a ancorar conceitos novos aos conhecimentos que já tinha sobre a legislação do IFC e sobre os temas da Cultura de Paz e da prevenção e resolução de conflitos. Tomou-se por base a obra de Kaplún (2003), na qual o autor defende que um material educativo

[...] não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes etc (Ibidem, p. 46).

Ainda, de acordo com Kaplún (2003), deve-se considerar, na elaboração de um material educativo, três eixos fundamentais: o eixo conceitual - ligado ao que já foi escrito sobre o tema abordado, principalmente por peritos da área; o eixo pedagógico - o principal articulador de um material educativo, aquele responsável por permitir que os objetivos do material educativo sejam atingidos, definindo pontos de partida e chegada e, por último, o eixo comunicacional – responsável por permitir estabelecer elos entre o material e seus destinatários. Este último considera o uso de exemplos e histórias para possibilitar que o leitor crie vínculos de natureza emocional com o material educativo com o qual interage.

Objetivou-se, dessa forma, construir a cartilha tendo esses três eixos como norte. Algumas de suas páginas podem ser visualizadas ao final deste documento, no item Produto Educacional. Neste mesmo espaço, o leitor encontrará o link para acessar a cartilha em sua íntegra.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, utilizará como suporte para sua classificação a obra de Gil (2008). Com base nela, pode-se afirmar que este trabalho: fez uso do método dialético para interpretação dos dados, pois

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc (Ibidem, p. 14).

Quanto ao seu nível, pode ser considerada como sendo exploratória, pois:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (Ibidem, p. 27).

Em relação ao delineamento, trata-se de um estudo de caso, sendo que “o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência” (Ibidem, p. 58).

Pretendia-se, na versão inicial do projeto de pesquisa, conforme explicado no item apresentação, proceder a um estudo de caso com características de pesquisa participante, na qual se observariam os processos de mediação ou atividades de prevenção de conflitos escolares desenvolvidas no *campus* do IFC Araquari de maneira presencial. Tal proposta se mostrou impraticável devido à pandemia causada pela COVID 19, o que conduziu a alterações tanto na metodologia utilizada quanto no problema da pesquisa e em seus objetivos, mantendo-se apenas o tema da gestão de conflitos praticada no IFC como norteador dos estudos. Como alternativa, a obtenção dos dados ocorreu da seguinte maneira:

Foram elaborados três questionários na plataforma digital *Google*. Um deles destinado aos estudantes, com 12 questões abertas de respostas livres, o segundo aos professores, com 11 questões de respostas livres e o último aos membros da equipe de apoio educacional (SISAE e CGPPE), este também com 11 questões de resposta livre. Estes questionários traziam questões semiestruturadas abertas que

visavam investigar aspectos como: quantos professores e estudantes conheciam a legislação vigente no IFC sobre o Regulamento de Conduta discente? Qual a percepção destes sobre as práticas de mediação, prevenção e acompanhamento dos casos de conflito ou indisciplina identificados no ambiente escolar do IFC? O que sabiam sobre os conceitos de Cultura de Paz e sua importância para a promoção de um ambiente acolhedor e favoráveis aos processos de ensino e aprendizagem? Quanto conheciam sobre o Regulamento da Conduta Discente do IFC e qual a visão do grupo em relação a este documento?

Aos membros da equipe de apoio, questionou-se, entre outros aspectos: como os documentos orientadores eram colocados em prática? Os resultados dos processos de prevenção e resolução de conflitos se mostravam satisfatórios? Os estudantes se sentiam acolhidos pela equipe do SISAE, procurando sua mediação quando necessitavam de auxílio para lidar com seus conflitos?

Conforme já informado, a coleta de dados foi prejudicada devido à dificuldade de acesso aos estudantes e professores do *campus* Araquari, uma vez que as aulas não ocorriam de maneira presencial. Assim, considerando-se que a equipe de apoio educacional (SISAE) realizava atendimento presencial, convidou-se um de seus membros a responder o questionário que lhe era destinado. Por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, fez-se contato com um membro do SISAE do IFC *campus* São Francisco do Sul, solicitando sua colaboração para enriquecimento da pesquisa. Tal pedido foi realizado devido à proximidade existente entre tal profissional e o autor deste trabalho. Também por meio daquele aplicativo de mensagens, contactou-se um dos membros da Coordenadoria Geral de Políticas e Programas Estudantis (CGPPE), grupo que estabelece contato direto com a elaboração de documentos como o PID e o RCD, solicitando-lhe o preenchimento do mesmo questionário para que fosse possível conhecer como avaliava o conteúdo e a aplicabilidade dos documentos e processos de prevenção e resolução de conflitos do IFC.

O critério de seleção foi bastante amplo, considerando como apto para responder a pesquisa quaisquer professores ou estudantes matriculados em quaisquer cursos, níveis ou modalidades de ensino ofertadas pelo IFC, uma vez que o Regulamento da Conduta Discente e a Política de Inclusão e Diversidade do IFC abrange todos os membros da comunidade da instituição. Diz-se de forma direta, pois alguns professores faziam parte do círculo social do pesquisador e, de forma indireta, pois solicitou-se que estes conhecidos repassassem o convite para outros docentes

ou discentes que pudessem colaborar com a coleta de dados.

Posteriormente, após já terem sido recebidas respostas aos três questionários, por meio da metodologia acima descrita, solicitou-se à Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM) do IFC Araquari que enviasse por *e-mail* um convite a todos os estudantes, professores e membros da equipe de apoio educacional deste *campus*, solicitando-lhes a gentileza de participar da pesquisa, respondendo aos questionários elaborados sobre o tema da gestão de conflitos escolares praticados em sua instituição de ensino. Esta forma de contato não teve resultados, pois, após o envio deste *e-mail*, não houve alteração no número de respostas obtidas.

Além dos questionários mencionados, um último, que contava com questões objetivas nas quais se solicitava que fossem atribuídas notas para diversos itens referentes ao conteúdo, formato e apresentação do produto educacional sobre Cultura de Paz, foi criado com objetivo de conhecer a visão dos membros da equipe de apoio educacional em relação à sua aplicabilidade. Tal questionário foi respondido pelas equipes do SISAE do IFC *campus* Araquari e da CGPPE, após estas equipes terem discutido a viabilidade de uso do material em uma de suas reuniões. Nesses encontros, a equipe discutiu se o conteúdo da cartilha estava coerente com a proposta do IFC, se havia inconsistências, se ele era adequado para uso como material educativo, entre outros aspectos. As questões que compuseram o questionário estão disponíveis nos anexos deste artigo.

Na unidade Resultados e Discussões, será possível observar qual a percepção de membros das equipes docente, discente e de apoio educacional em relação às práticas existentes no IFC que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos escolares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo-se apresentado os documentos e fundamentos teóricos que orientam a prática de gestão de conflitos escolares no Instituto Federal Catarinense, passar-se-á a uma análise das respostas obtidas por meio dos questionários que foram disponibilizados a membros da equipe de apoio educacional, professores e estudantes do IFC.

Cada um dos indivíduos que participaram da pesquisa será identificado por um número, seguido da nomenclatura do grupo ao qual pertence, da seguinte maneira: apoio educacional 1, apoio educacional 2 e sucessivamente, para membros da equipe de apoio; estudante 1, estudante 2 para estudantes e professor 1, professor 2 para o grupo de professores.

As tabelas abaixo identificam os cursos aos quais pertencem os professores e estudantes que preencheram os questionários. Esta classificação traz o número total de participantes de cada grupo que colaboraram com a etapa da coleta de dados.

Tabela 1: Professores entrevistados e cursos em que atuam

Professor 1	Técnico em Agropecuária
Professor 2	Técnicos em Informática, Química e Agropecuária
Professor 3	Técnicos integrados ao EM; Licenciatura em Química
Professor 4	Técnicos integrados em Agropecuária, Informática e Química
Professor 5	Técnicos integrados em Agropecuária, Informática e Química

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 2: Estudantes entrevistados e cursos em que atuam

Estudante 1	Licenciatura em Sistemas de Informação
Estudante 2	Licenciatura em Química
Estudante 3	Agronomia
Estudante 4	Licenciatura em Química
Estudante 5	Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio
Estudante 6	Agronomia

Fonte: elaborado pelo autor

Sobre as práticas de gestão e prevenção de conflitos realizadas no IFC, foi realizada para a equipe de apoio educacional, diretamente ligada à organização e acompanhamento dessas práticas na instituição, a seguinte pergunta (transcrita do questionário na íntegra):

A Política de Inclusão e Diversidade do IFC (Resolução 33/2019 - CONSUPER) apresenta, entre outros objetivos, o de “promover a Cultura da Paz, visando a sustentabilidade social (termo que significa: melhorar a qualidade de vida de forma que as gerações passadas não usem todos os recursos disponíveis das gerações futuras), a garantia dos direitos humanos, com respeito a interculturalidade, a promoção de relações pacíficas e a prevenção de conflitos”. Que ações ou projetos são desenvolvidos neste campus para atingir este objetivo?

Para tal questão, foram obtidas as seguintes respostas:

Tabela 3: Ações e projetos de promoção da cultura de paz no IFC

Entrevistado	Ação realizada
Apoio educacional 1	No Campus Araquari, constantemente são desenvolvidos projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão que tem relação direta ou indireta com este objetivo. A equipe do NuPe/SISAE desenvolve anualmente os Círculos de Construção de Paz, conforme a turma, a motivação e os objetivos, como forma de mediação de conflitos também. O projeto Viver Escola, que promove esporte, lazer e bem estar no cotidiano escolar, nos momentos em que não há aula prevista, promovendo integração entre os estudantes. Entre outras ações junto aos núcleos inclusivos, voltadas ao diálogo e respeito mútuo. Na instituição ainda há outros grupos, núcleos, como o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), grupos de pesquisa e, no interior dos projetos pedagógicos dos cursos, há garantia do trabalho com os temas transversais, que, por sua vez, contribuem para a política de inclusão e diversidade do IFC. Também é importante destacar a forma de trabalho da Comissão de Conduta Discente, que além do trabalho em situação pontuais, encaminhadas, tem a preocupação com a divulgação de materiais orientadores, conscientização dos direitos e dos deveres, com enfoque nas consequências de não respeitar o regimento, mesmo que remotamente, através das redes sociais, <i>meet</i> e sobre <i>cyberbullying</i> e plágio.
Apoio educacional 2	Trabalhamos, principalmente, no direito amplo dos estudantes, para que os mesmos possam ter sua identidade de gênero e suas escolhas respeitadas na instituição. De fato, o principal objetivo é reduzir qualquer forma de desigualdade e violência entre os estudantes e comunidade.
Apoio educacional 3	Não há projetos específicos para esta questão. As ações desenvolvidas pelo setor, para promoção de relações pacíficas e a prevenção de conflitos, iniciam na recepção dos discentes, com

	informações a respeito da organização e cultura institucional. Tendo uma relação dialógica com a comunidade em todas as suas ações fundamentadas nas bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais expressas no seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI). O PPI do IFC é norteado pelos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; educação como processo de formação na vida e para a vida; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; garantia à diversidade.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nas respostas obtidas, pode-se perceber que há uma preocupação por parte das equipes de assistência estudantil em prevenir conflitos que possam vir a causar o desgaste das relações entre os estudantes. Ao mesmo tempo, percebe-se haver uma série de projetos educativos que promovem atitudes coerentes com a promoção da Cultura de Paz, ou seja, existem, na prática, ações que contribuem para que os objetivos definidos pelos documentos orientadores da instituição sejam concretizados, como, por exemplo, os círculos de construção de paz, que são, segundo Pranis (apud MELLA, LIMBERGER & DUARTE, 2012), uma forma de reunir as pessoas num ambiente de respeito coletivo. Nesta dinâmica, todos têm oportunidade de expor seus sentimentos, de falar sem serem interrompidos. Durante a dinâmica, todos são iguais – nenhum dos participantes é mais importante que outro e aspectos emocionais e da experiência de cada um são acolhidos.

As ações citadas pelos participantes estão alinhadas com o objetivo da PID, de se

incentivar e apoiar ações que promovam o combate aos preconceitos relacionados a: necessidades específicas e pessoas com deficiência, gênero e sexualidade, diversidade étnico-racial, cultural e religiosa ou de outras características individuais, coletivas e sociais (INSTITUTO, 2019, p. 2).

Visando conhecer a percepção sobre os estudantes sobre o ambiente do IFC, se este se mostrava acolhedor e seguro, ou seja, pacífico, de certa maneira, questionou-se a estes:

Na sua opinião, o campus do IFC no qual você estuda é um ambiente que oferece acolhimento e segurança aos estudantes? Por qual motivo?
--

A esta questão, foram obtidas as seguintes respostas:

Tabela 4: Percepção dos estudantes sobre o acolhimento da equipe do IFC como um todo

Estudante 1	Sim.
Estudante 2	Sim, bem organizado nesse aspecto (minha opinião).
Estudante 3	Sim.
Estudante 4	Sim, os profissionais que ali trabalham são de excelente categoria.
Estudante 5	Sim, os professores, principalmente, sempre se mostram muito abertos e acolhedores, dando palavras de carinho e ajudando com questões acadêmicas.
Estudante 6	Em partes. Algumas vezes, presenciei cenas de brigas entre alunos, envolvendo agressões físicas. As vezes que tenho conhecimento, nenhuma providência foi tomada como expulsão ou suspensão do aluno que agrediu. Por outro lado, a equipe do NUPE oferece um bom auxílio e apoio emocional e psicológico em algumas situações. Digo isso, pois já precisei desse apoio e ele foi oferecido de forma bastante acolhedora. Já soube também de situações de assédio por parte dos profetas, sendo que esses acabaram sendo exonerados do campus.

Fonte: elaborado pelo autor

Na mesma linha, questionou-se como eles percebiam a receptividade de professores e funcionários do IFC como um todo. Fez-se a seguinte pergunta:

Os professores e funcionários do seu IFC costumam ser pessoas acolhedoras e acessíveis? Você se sente à vontade para conversar com eles quando tem algum problema, independente da natureza deste problema? Por que motivo pensa dessa forma?

As respostas à questão podem ser visualizadas na tabela a seguir.

Tabela 5: Percepção dos estudantes sobre acessibilidade e acolhimentos por parte de professores e outros funcionários do IFC

Estudante 1	Sim, na maioria das vezes. Incômodo com determinados professores, mas casos isolados.
Estudante 2	Nem todos, tem professores com pouca qualidade de ensino, lêem mais do que explicam, precisa mudar.
Estudante 3	Depende do professor e da abertura que ele dá para conversar, até com relação ao acesso a eles, principalmente após a pandemia, onde todo o contato passou a ser virtual.
Estudante 4	Sim, os profissionais são qualificados e preparados para resolverem

	problemas e chegarem às soluções para diversos temas...
Estudante 5	Sim, sempre. Claro que não são todos os professores que têm essa natureza, mas estão sempre abertos ao diálogo e muitos deixam bem claro que podem ser procurados quando estivermos com problemas quaisquer.
Estudante 6	Não todos. Vou falar sobre minha situação atual. Até alguns meses atrás, eu estava elaborando alguns experimentos em laboratório relacionados ao meu TCC, que acredito que todos saibam ser um trabalho estressante que exige bastante do aluno que o realiza. No decorrer do meu trabalho, eu comecei a passar por situações difíceis que me fizeram algumas vezes ir parar no hospital. Alguns professores que souberam do que estava ocorrendo me deram todo apoio que precisei, me ajudaram e aconselharam sobre como proceder daqui pra frente. No entanto, não me sinto confortável em chegar e ter uma conversa sobre minha situação com outros professores que me dão aula, pois, pelo que conheço deles, acredito que possam tratar meu problema como algo "banal", não me oferecendo qualquer apoio.

Fonte: elaborado pelo autor

Percebe-se pelos relatos dos estudantes que estes, no geral, se sentem acolhidos, pelo menos, pela maioria dos professores. Também nota-se haver confusão por parte do estudante 2 na tabela 5, entre habilidades didáticas e habilidades socioafetivas do professor por ele citado. Ser acessível, a princípio, não significa necessariamente ter domínio de habilidades de apresentação de conteúdo.

Interessante aqui destacar a resposta do estudante 6, na tabela 4, mostrando haver desconhecimento por parte deste sobre o conteúdo do RCD, quando afirma esperar que a equipe do IFC tome providências extremas em relação ao caso de agressão por ele mencionado, ou seja, procedendo à suspensão ou expulsão do estudante envolvido em ato indisciplinar. Sobre casos como o citado, de agressão física, temos no RCD, que estas são enquadradas como infrações, que podem ser encaminhadas à “Polícia Judiciária ou, se menor de idade, ao Juizado da Infância e Juventude” (INSTITUTO, 2017^a, p. 7), nos casos em que não houver possibilidade de resolução dos conflitos por meio de negociações ou acordos. Medidas educativas também poderão ser aplicadas nesses casos, não necessariamente incorrendo em suspensão ou expulsão do estudante. Há todo um trabalho a ser conduzido pela Comissão de Conduta Discente em relação a tais casos.

Situações como a exposta, reforçam a importância de se deixar bem claro aos discentes como se dão os processos de mediação de conflitos praticados em sua unidade de ensino.

Sobre ações, atividades pedagógicas ou projetos realizados no IFC que contribuem para a prevenção de conflitos escolares em seus espaços, perguntou-se aos estudantes o que pensavam sobre esse assunto. A questão a eles destinada foi:

Na vida, temos que lidar com conflitos que surgem quando as pessoas discordam da forma de pensar umas das outras. Você acredita que o estudo ofertado no seu IFC contribui para promover o respeito aos direitos humanos, a inclusão e a diversidade? Existe algum projeto que promova valores como respeito, tolerância, diálogo, compreensão ou outros que contribuam para que conflitos violentos sejam prevenidos? Ocorrem discussões sobre esses assuntos durante as aulas? Poderia citar exemplos?

Às questões, foram obtidas as seguintes respostas.

Tabela 6: Projetos e ações realizados para prevenir conflitos escolares e contribuir para promoção da Cultura de Paz

Estudante 1	Sim, pelo menos em intenção. Na prática, isso nem sempre consegue ser aplicado. Mas existem projetos de ensino, pesquisa e extensão com essas intenções.
Estudante 2	Sim, palestras, conversas e atividade culturais
Estudante 3	Acho o estudo extremamente interessante e necessário. Quanto mais informação com relação à diversidade, melhor, para que haja menos discriminação e preconceito. Não conheço nenhum projeto que trate desse tema e na sala de aula não há discussões sobre o assunto.
Estudante 4	Sempre temos algum debate sobre as diferentes formas de sexualidade, preconceito, racismo e diversas formas diferentes de pensar.
Estudante 5	Sim, no IFC de Araquari é muito comum a prática de debates sobre diferentes assuntos: sobre política no geral, sobre mundos fictícios, durante a campanha de grêmios estudantis, etc. Tudo isso contribui para adquirirmos senso crítico e tolerância, mesmo que tenhamos ideias opostas.
Estudante 6	Eu não tenho conhecimento de projetos que envolvem esse tipo de temática.

Fonte: elaborado pelo autor

Interessante que, ao se analisar esse último quadro, verifica-se que dois dos estudantes informaram não conhecer nenhum projeto ligado ao tema, nem mesmo

discussões em sala de aula. Pode-se inferir que, se esses projetos e atitudes dialógicas existem, houve alguma falha no processo de divulgação destes por parte da instituição ou assimilação destes por parte dos estudantes. Na tabela 3, várias ações neste sentido foram citadas como existindo nos espaços do IFC. No entanto, fica claro aqui que os estudantes não percebiam tais ações como promotoras da Cultura de Paz na instituição em que estudam.

Outro problema, além da não percepção de que o IFC conta com projetos e ações voltadas à prevenção de conflitos e à promoção da Cultura de Paz em seu âmbito, foi verificado quando se indagou se os estudantes conheciam o Regulamento da Conduta Discente, que trata de seus direitos e deveres enquanto membros da comunidade do IFC. Quando questionados se conheciam o Regulamento da Conduta Discente do IFC e, em caso positivo, como vieram a saber de sua existência, 4 dos 6 estudantes afirmaram não ter sequer ouvido falar deste documento, enquanto os dois últimos afirmaram terem conhecimento do mesmo, sendo que um deles ouviu falar do documento durante as aulas enquanto outro recebeu um *e-mail* de um professor informando sobre o documento em questão.

Considerando que, de acordo com o RCD, é direito do estudante "ser informado(a) sobre o Regulamento de Conduta Discente por meio da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE/CGAE), ou setor equivalente do campus, no início do período letivo" (INSTITUTO, 2017a, p. 3), o fato de que mais da metade dos entrevistados desconhece o regulamento demonstra que há um problema a ser solucionado. É possível que a comunicação tenha ocorrido, sem que os estudantes venham a se recordar do fato. De qualquer forma, por motivos não investigados no período desta pesquisa, tal assimilação sobre a existência e conteúdo do documento não havia se efetivado. O contato com o questionário levou os estudantes que participaram da pesquisa a conhecerem o documento para que pudessem responder a outras questões constantes no mesmo.

Uma vez que um link para acesso ao RCD foi disponibilizado aos estudantes para que pudessem ter acesso a ele na íntegra, perguntou-se, visando conhecer como eles avaliavam este documento:

Ainda em relação ao regulamento da conduta discente, qual sua impressão sobre o mesmo? Você julga que ele esteja bom da maneira como está ou poderia ser
--

modificado de alguma forma?

Para essa questão, obtiveram-se como respostas:

Tabela 7: Percepção dos estudantes sobre o conteúdo do RCD: está adequado como está ou deve ser alterado

Estudante 1	Pode ser mantido como está.
Estudante 2	No geral, sim.
Estudante 3	Ele está redigido. Não vejo necessidade de alteração.
Estudante 4	Ele precisa melhorar em vários aspectos de ensino e aprendizagem.
Estudante 5	Pela leitura que fiz agora do documento, percebi que boa parte das normas eu já conhecia. Acredito que as regras estejam bem esclarecidas.
Estudante 6	Acredito que o termo esteja completo da forma que está.

Fonte: elaborado pelo autor

Há, nas respostas obtidas, a demonstração de um contentamento quase que geral em relação ao conteúdo do regulamento, não havendo queixas em relação a sua estrutura ou conteúdo. Seria interessante que houvesse momentos para discutir o documento de forma a deixar claro que este foi construído em coletivo por um grupo em um determinado momento histórico e que podem haver modificações, oportunizando que os estudantes exercitem, nesses momentos, sua capacidade de análise crítica e de argumentação necessárias para a vida em uma sociedade democrática. Encontros para apresentar a maneira como o RCD é construído, esclarecendo quem são os atores por trás de sua elaboração (CONSUPER) e alterações poderiam contribuir significativamente para promover o desenvolvimento de habilidades democráticas nos estudantes como um todo.

Mesmo tendo-se verificado que os alguns dos estudantes entrevistados não conheciam o RCD, foi questionado se eles já tinham vivenciado algum conflito no ambiente escolar que os levasse a solicitar apoio da equipe do SISAIE. Dos 6 investigados, 3 responderam que tinham sido atendidos pela equipe e que obtiveram apoio da mesma, tendo sido bem atendidos por ela, resolvendo assim suas dificuldades.

De forma complementar à percepção dos estudantes em relação aos instrumentos e às práticas de gestão de conflitos do IFC de Araquari, serão discutidas também algumas percepções dos professores desta unidade, que, com sua ação

docente, contribuem para que conflitos de menor complexidade sejam resolvidos sem que sejam necessários encaminhamentos à equipe de assistência estudantil. Os professores podem ser vistos, nesse caso, como os mediadores mais próximos dos estudantes, capazes de orientá-los em diversas situações com as quais, em alguns casos, estes não se sentem aptos a lidar sozinhos.

Em primeiro lugar, questionou-se se os professores conheciam o RCD. Foi-lhes aplicada a seguinte pergunta, com tal objetivo:

Você conhece o Regulamento da Conduta Discente do IFC (disponível nesse link: (<<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2017/01/2017-Aprova-Regulamento-de-Conduta-Discente.pdf>>)? Em caso positivo, como você chegou a ter ciência da existência desse documento?

Dos 5 participantes que responderam à pesquisa, obtiveram-se as respostas:

Tabela 8: Ciência da existência do Regulamento da Conduta Discente por parte dos professores

Professor 1	Fiz parte da Comissão Disciplinar do <i>campus</i> em que atuo.
Professor 2	Sim, conheço. Na ocasião da sua aprovação, em 2017, tomei conhecimento pela coordenação de Agropecuária e coordenação de ensino.
Professor 3	Sim. Reuniões Formativas.
Professor 4	Não.
Professor 5	Sim. Fui CGE e fiz parte da comissão.

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados apontam que boa parte dos que responderam ao questionário tiveram contato com o documento, sendo que dois deles, inclusive, participaram diretamente da comissão de análise de conduta, que são “vinculadas à Direção-geral do *campus* e responsáveis por zelar pelo cumprimento do disposto neste Regulamento (o RCD) e pelos trâmites dos processos administrativos discentes” (INSTITUTO, 2017a, p. 26). Chama a atenção o fato de um dos docentes ter demonstrado não conhecer o documento. Seria interessante que ações fossem realizadas com certa frequência para se certificar de que todos os professores não apenas tivessem ciência deste, mas pudessem acessá-lo, sempre que necessário, servindo o mesmo como instrumento orientador para sua prática diante de situações

de conflito que viessem a enfrentar com algum de seus estudantes.

Da mesma forma que foi feito aos estudantes, questionou-se aos professores:

Você conhece algum projeto ou ação educativa realizada no *campus* onde você trabalha que promova valores como respeito, tolerância, diálogo, compreensão ou outros que contribuam para que conflitos violentos sejam prevenidos? Ocorrem discussões sobre esses assuntos durante as aulas? Poderia citar exemplos?

As respostas obtidas foram:

Tabela 9: Projetos e ações que os professores julgam contribuir para a prevenção de conflitos e promoção da cultura de paz

Professor 1	Penso que todos os projetos de ensino, de uma forma ou de outra, abordem essa temática.
Professor 2	Há um conjunto de ações que ocorrem por meio de grupos de trabalhos e núcleos, tais como: Núcleos de Estudos Afro e Indígenas; Núcleo de Estudo e Discussões sobre Gênero; a própria Comissão de Análise de Conduta Discente que, além de conduzir os processos envolvendo os conflitos, atua preventivamente com orientações e diálogos; o Núcleo Pedagógico, que faz um excelente trabalho nesse sentido, com constantes intervenções iniciais na mediação de conflitos e de forma preventiva.
Professor 3	Sim. Iniciativas do NEABI.
Professor 4	Sim. Ex. Semana da Consciência Negra, Dia da Sobrecarga da Terra, Setembro Amarelo, entre outros.
Professor 5	Os eventos interdisciplinares que organizávamos no presencial "A Nuvem" e "Simulado da ONU" buscavam discutir estes assuntos transversais. Em sala de aula, discutíamos principalmente quando ocorriam problemas gerais nas turmas. A equipe interdisciplinar realizava intervenções junto com o professor regente com as turmas que estavam com problemas, seja de motivação ou indisciplinarias gerais. A dinâmica era chamada de Círculo da Paz.

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados fornecidos a essa pergunta permitem verificar que, de maneira distinta dos estudantes, os professores identificam a existência de práticas e projetos de ensino que vão além dos conteúdos ou disciplinas específicas do currículo dos cursos. Reconhecem que há trabalhos que discutem temas transversais com objetivo de promover o desenvolvimento humano de seus alunos, que ultrapassam a aquisição e domínio de conteúdos de caráter conceitual. Mais uma vez, foram citados os círculos

de construção de paz cujos fundamentos foram apresentados anteriormente.

Estabelecendo um contraponto entre a pergunta feita aos estudantes se os seus professores se mostraram acessíveis e abertos ao diálogo quando estes necessitavam de ajuda para lidar com conflitos de natureza diversa, perguntou-se aos professores:

Quando os alunos enfrentam algum problema com outros estudantes, consigo ou com as regras da instituição, eles procuram sua orientação para buscar soluções? Em caso positivo, as orientações costumam, normalmente, auxiliá-los na solução destes problemas?

Em resposta à pergunta, temos:

Tabela 10: Respostas dos professores sobre se os seus alunos os procuram para buscar orientação para lidar com conflitos diversos

Professor 1	Sim e sempre procuro auxiliá-los no processo.
Professor 2	Sim, são várias formas de acontecer e depende da relação de confiança entre discente e docente. De início, quando um discente relata um problema, tentamos dialogar e compreender a extensão e gravidade. Em casos mais simples, quando o aconselhamento e a reflexão podem ajudar, em geral, a maioria, e é o meu caso, promove um momento de diálogo com o discente e, às vezes, uma reflexão com a turma se tratar de tema coletivo. Quando é algo mais complexo ou que pode tomar uma proporção maior, neste caso, orientamos buscar apoio no Núcleo Pedagógico (pedagogas, assistente social e psicóloga) ou mesmo fazer o comunicado, se é algo que envolve riscos de violência.
Professor 3	Sim.
Professor 4	Não.
Professor 5	Sim, procuravam auxílio enquanto eu estava na CGE ou na coordenação do curso da Agropecuária. Procuravam conselhos como alguém confiável e responsável em situações informais de "corredores".

Fonte: elaborado pelo autor

Com base nas respostas obtidas, percebe-se que, no geral, os alunos recorrem aos professores que se mostram mais receptivos para lidar com questões de conflitos, sendo que estes profissionais são os que estão mais próximos dos estudantes. Daí a importância de que estes profissionais conheçam instrumentos para que possam

auxiliar seus alunos a superarem dificuldades menos complexas, prevenindo conflitos mais graves que possam vir a incorrer na abertura de processos administrativos ou mesmo em medidas educativas.

Utilizando-se os resultados destas e outras questões cuja discussão não será realizada (pois isso estenderia os limites deste artigo), reuniram-se informações que, somadas à literatura científica ligada ao tema da gestão de conflito, elaborou-se um material educativo em formato de cartilha que visa auxiliar a equipe de professores e de apoio educativo no processo de apresentação da documentação existente no IFC, que rege os princípios e processos de gestão dos casos de indisciplina na instituição, além de fornecer aos estudantes algumas dicas práticas sobre como agir quando estes se depararem diante de situações em que enfrentem conflitos de ordem interpessoal ou julguem que um de seus direitos (ou de alguém que conhecem) foi desrespeitado por algum membro da comunidade do IFC.

A cartilha trouxe os seguintes conteúdos: Cultura de Paz – o que é e o porquê de sua promoção; conflitos – o que são e como lidar com eles; o regulamento da conduta discente como norteador para prevenção e acompanhamento de conflitos; a Política de Inclusão e Diversidade do IFC como promotora de valores como respeito à diversidade e tolerância e a técnica da comunicação não violenta como estratégia para prevenir conflitos advindos da dificuldade existente por parte das pessoas em resolver conflitos por meio do diálogo não agressivo.

A cartilha, uma vez produzida, foi submetida à avaliação das equipes da CGPPE (Reitoria) e SISAE do IFC, *campus* Araquari. A primeira equipe recebeu uma cópia digital da cartilha, enquanto à segunda foi disponibilizada uma cópia impressa. Orientou-se que, após avaliação, fosse respondido um questionário que solicitava notas a diversos aspectos da cartilha em relação aos eixos propostos por Kaplún (2003), ou seja: eixo conceitual, eixo pedagógico e eixo comunicacional. Abaixo, apresenta-se a média dos resultados obtidos após discussão das equipes que avaliaram o material educativo. Para cada um dos itens, os avaliadores podiam atribuir notas de 1 a 5.

Tabela 11: Avaliação do produto educacional

Aspecto avaliado	Média das notas atribuídas
1. Há clareza no conteúdo da cartilha para que se possa compreender o assunto apresentado?	5

2. O conteúdo da cartilha contribui para que se conheçam os fundamentos da cultura de paz, da comunicação não violenta e a essência dos documentos “Regulamento da Conduta Discente do IFC” e “Política de Inclusão e Diversidade do IFC”?	5
3. Este formato de material é adequado para a apresentação dos temas em questão?	4,5
4. A apresentação da cartilha, considerando formato, cores e tamanho do texto das páginas é atrativa para o leitor / leitora?	4,5
5. A ordem e forma em que os itens foram apresentados facilitou a compreensão dos assuntos disponibilizados no material?	5
6. As seções da cartilha são interligadas e coerentes?	5
7. As informações apresentadas instigam ou permitem a ampliação dos conhecimentos do leitor?	5
8. O produto pode ser utilizado como ferramenta pedagógica pela equipe responsável por realizar o atendimento de casos de indisciplina ou infrações cometidas por discentes das unidades do IFC?	5
9. Contribui para a conscientização dos estudantes sobre a necessidade de se promover uma cultura de paz nos espaços educativos do IFC, como um dos componentes que contribuem para a formação integral dos discentes?	5

Fonte: elaborado pelo autor

A última das questões ofertava um espaço aberto, em que os avaliadores poderiam inserir comentários, correções ou quaisquer outras modificações para que o material se adequasse para uso nos espaços do IFC. Poucas alterações foram sugeridas, sendo as principais, a atualização de alguns termos que estavam em desuso e a correção de alguns erros de digitação que haviam sido identificados. No geral, o material foi bem avaliado pela equipe de apoio educacional, não sendo possível, no entanto, dentro do limite de tempo para conclusão deste trabalho, submeter o mesmo à avaliação dos professores ou estudantes da comunidade do IFC.

Uma das sugestões da equipe de Apoio Educacional a ser abordada no produto educacional seria o compartilhamento de experiências diversas realizadas em outras instituições, compartilhando ações desenvolvidas em cada uma delas. Esse tema, no entanto, exigiria um projeto de pesquisa específico para tal objetivo, abordando outros *campi* do Instituto Federal. É um tema que poderia servir para projeto posterior.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu atingir de forma limitada os objetivos a que se propunha devido ao reduzido número de participantes, especialmente entre os corpos docente e discente. No entanto, o estudo permitiu conhecer os documentos orientadores das práticas de prevenção de conflitos existentes no IFC. Além disso, conheceu-se qual a visão dos participantes sobre estes documentos orientadores e os projetos elaborados como base neles.

Verificou-se, por meio desse estudo, haver um diálogo entre o que Chrispino (2007) julga importante para a redução e resolução de casos de indisciplina nas instituições escolares, ou seja, existe um sistema de Gestão de Conflitos devidamente documentado e aplicado na instituição escolar o que, em teoria, contribui para o êxito escolar dos estudantes. A atuação da equipe de apoio educacional e dos professores contribui para que a Cultura de Paz possa ser promovida nos espaços do Instituto Federal Catarinense, pois os estudantes podem procurar esses últimos para solicitar auxílio na resolução de seus problemas sempre que sentirem necessário. Há abertura para o diálogo e existem projetos e ações de prevenção, mediação e conciliação de conflitos ocorridos nos espaços da instituição.

Sobre o produto educacional, um dos objetivos da realização desse estudo, observa-se que o mesmo atingiu as expectativas, sendo aceito pela equipe de apoio educacional do IFC, ou seja, poderá ser utilizado tanto por essa equipe quanto por professores, como material de divulgação de documentos e conteúdos úteis ao desenvolvimento dos estudantes. Ao mesmo tempo, poderá ser utilizado pelos alunos como material de consulta que oriente sobre documentos e práticas de gestão de conflitos aplicáveis no espaço educacional que frequentam.

Conclui-se, de acordo com as respostas obtidas pelos questionários, que os estudantes estão contentes com o conteúdo do Regulamento da Conduta Discente do IFC, não julgando necessária sua alteração.

Uma vez que os questionários foram aplicados em um momento no qual as aulas ocorriam na modalidade remota, há a possibilidade de que os estudantes que participaram da pesquisa não tivessem estabelecido contato mais próximo com documentos como o Regulamento da Conduta Discente do IFC, com seus professores ou mesmo com membros da equipe de Assistência Estudantil. Da mesma forma, levando-se em conta que as atividades voltadas à prevenção e acompanhamento de

conflitos foram desenvolvidas pensando-se, principalmente, nas situações ocorridas durante a modalidade de ensino presencial e que, na modalidade remota, as interações entre estudantes e seus pares são menos frequentes, muitos dos conflitos que eles enfrentariam no dia-a-dia do espaço escolar não chegaram a ocorrer. As respostas obtidas pelos questionários representam, em grande parte, a memória de como eram os processos antes do mês de março de 2020, relacionadas ao período em que as aulas ocorriam na modalidade presencial.

Por esse motivo, seria interessante que se realizasse a mesma investigação de forma presencial em momento futuro, para que a base de dados fosse ampliada e que se obtivesse uma melhor percepção do quanto estudantes e professores conhecem sobre as práticas de prevenção e acompanhamento de conflitos escolares existentes no IFC. Além disso, poderiam ser investigados registros de dados quantitativos que permitissem conhecer quais os conflitos mais comuns e estabelecer ligações entre o número de atendimentos realizados pela equipe de apoio educacional nesse sentido e o número de conflitos resolvidos de maneira pacífica, por meio de métodos alternativos como mediação e conciliação, sem haver a necessidade de que medidas educativas tivessem de ser aplicadas.

Uma tarefa interessante a ser feita em oportunidade futura, seria a aplicação do produto educacional junto aos estudantes e professores para verificar qual a percepção dos mesmos em relação ao material, procedendo à sua avaliação, da mesma forma que foi feito pelas equipes de apoio educacional.

Considerando-se que, no momento em que este trabalho foi defendido, as atividades de ensino já aconteciam novamente na modalidade presencial, fica o objetivo futuro de tornar a aplicar os questionários, com algumas modificações, para que se tenha uma visão não apenas de como os estudantes e professores percebem o sistema de gestão de conflitos na instituição, mas também de quais os resultados desse sistema em comparação aos períodos anteriores à PID e à atual versão do RCD.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. D.; OLIVEIRA, S. B.; BRUM, L. S. Da comunicação não-violenta à cultura de paz: círculos, narrativas e contribuições. *Revista Observatório*, Palmas, v. 5, n. 4, p. 463-480, jul.-set. 2019
- BAUMANN, D.; ALVES, L. M. S. Atividades remotas: um estudo de caso sobre o engajamento e o rendimento discente da EPT em tempos de pandemia. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 744–757, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n31p744-757. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11028>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRASIL. Lei Nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- CALLADO, C. V. Educação para a Paz: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos. Santos/SP: Editora Projeto Cooperação Ltda, 2004.
- CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007. 2007.
- CONSUPER. Conselho Superior do IFC. Legislação. Disponível em: <<https://consuper.ifc.edu.br/legislacao/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- GARCIA, Joe. Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. *R. paran. Desenv.*, Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 101-108. 1999. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813435>>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo:Atlas, 2008.
- GROPPIA, Aquino J. A questão ética na educação escolar. *Boletim Técnico do Senac*, v. 25, n. 1, p. 2-13, 22 nov. 2017.
- JARES, Xésus R. Educação para a paz: sua teoria e sua prática; trad. Fátima Murad - 2. ed. rev. e ampl. - Porto Alegre: Artmed, 2002.
- KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: A experiência de aprendizado. *Comunicação & Educação*, São Paulo, (27) pg. 46 a 60, maio/ago. 2003.
- INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Projeto Político-Pedagógico Institucional. Reitoria do IFC, 2009. Disponível em: <<http://www.camboriu.ifc.edu.br/ces/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/2.PPI-IFC-2009.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Histórico institucional - Instituto Federal

Catarinense - Campus Araquari. Disponível em:
<<https://araquari.ifc.edu.br/historico/>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Campus São Francisco do Sul – História. 2014. Disponível em: <<https://ifc.edu.br/2014/05/13/campus-sao-francisco-do-sul/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução nº 05/2017, de 17 de março de 2017. Dispõe sobre a criação do Regulamento da Conduta Discente do Instituto Federal Catarinense. Reitoria do IFC: Conselho Superior (Anexo) 2017a. Disponível em: <<https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/31/2017/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-005-2017-Ap%C3%B3s-altera%C3%A7%C3%B5es-dadas-pela-Resolu%C3%A7%C3%A3o-019.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ata da reunião ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Biênio 2015/2017, realizada em 16 de março de 2017. Conselho Superior, 2017b. Disponível em: <<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2017/05/Ata-Março.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução nº 013/2018, de 02 de agosto de 2018. Aprovar o Estatuto do Instituto Federal Catarinense. Reitoria do IFC: Conselho Superior, 2018a. Disponível em: <<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2018/09/RESOLU%C3%87%C3%83O-013-2018-Estatuto.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução Nº 16/2019 - CONSUPER (11.01.18.67) (ANEXO). Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Conselho Superior, 2019a. Disponível em: <<https://consuper.ifc.edu.br/wpcontent/uploads/sites/14/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-16.2019DiretrizesANEXO.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução nº 033/2019, de 01 de julho de 2019. Dispõe sobre a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC) (Anexo): Conselho Superior, 2019b. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resoluo_33.2019_ANEXO.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MELLA, Lisiane Ligia; LIMBERGER, Jéssica; DUARTE, Talzamara de Oliveira. Justiça restaurativa e círculos de paz: Desenvolvendo ações em prol de uma educação para a paz. Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mediacao_e_jr/article/view/10928/1457>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PORTAL EDUCAPES. Página de Busca, [s.d.]. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/simple-search?query=&default=>>>. Acesso em: 15

ago. 2021.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. Pará. Secretaria de Estado da Educação, 2008. Disponível em:

<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global I José Tuvilla Rayo; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre : Artmed, 2004.

SEBAJE, Alexandre; HAMMES, Lúcio Jorge; HAMMES, Itamar Luís. Educação para a paz e a mediação de conflitos: um direito e um instrumento para a promoção da cultura da paz. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 05, ed. especial, abr., 2019, artigo nº 1102.

SEMSA. Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Cultura da Paz. Disponível em: <<https://semsa.manaus.am.gov.br/saude-para-voce/cultura-da-paz/>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa tem o formato de cartilha digital. Sua finalidade é oferecer subsídios teóricos e práticos aos estudantes do Instituto Federal Catarinense para que estes conheçam aspectos ligados ao tema da prevenção e solução de conflitos escolares, apresentando a estes documentos referenciais e motivos a fim de evitar que situações de conflito, que poderiam ser facilmente solucionadas, tenham consequências negativas, interferindo no processo de aprendizagem dos estudantes.

Considerando-se que a equipe de Assistência Estudantil desenvolve projetos e realiza ações com objetivo de ofertar aos estudantes oportunidades para que estes desenvolvam suas habilidades socioemocionais, contribuindo para sua formação numa perspectiva integral e, considerando ainda que a mesma equipe informou em questionário que desenvolve materiais educativos com essa finalidade e que, por final, não há produtos de mesma natureza disponíveis para download na plataforma da CAPES, o presente produto justifica-se como alternativa para suprir as necessidades citadas neste parágrafo.

O material tomou por base principal para sua elaboração os documentos que orientam as práticas de gestão e prevenção de conflitos no Instituto Federal Catarinense, apoiado sobre as bases que definem os princípios educacionais desta instituição de ensino. Autores que dialogam com o tema vieram reforçar e corroborar que as práticas de gestão de conflito utilizadas são coerentes com uma proposta de ensino que contribua para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Os principais referenciais utilizados foram: O Regulamento da Conduta Discente do IFC (INSTITUTO, 2017a), a Política de Inclusão e Diversidade do IFC (INSTITUTO, 2019b) e os trabalhos de Almeida, Oliveira e Brum (2017), Callado (2004) e Sebaje (2019).

Foi aplicado junto às equipes do SISAE do *campus* do IFC de Araquari e da CGPPE, no prédio da reitoria, que, após análise e discussão, consideraram-no adequado para a finalidade à qual se propõe. Seria interessante que se realizasse uma avaliação do mesmo também após aplicação a um grupo de estudantes e professores, algo que se mostrou inviável no período desta pesquisa devido a uma série de complicadores.

Link para o produto educacional: <https://justbeaimit.com/pgmpg>